

4.

O atual processo de remoção em favelas

Nos últimos anos, novamente, o processo de remoção em favelas entrou em destaque no cenário da cidade do Rio de Janeiro. As favelas passaram a ser removidas de forma intensa ao longo dos dois mandatos do ex-prefeito Eduardo Paes (janeiro de 2009 a dezembro de 2016), e o controle da área favelada passou a ser feito de maneira rígida, para evitar expansões em seu contingente territorial quando comparado à área total da cidade.

As remoções foram realizadas muitas vezes tendo como justificativa os Grandes Eventos que ocorreram nos últimos anos da cidade do Rio de Janeiro, tais como a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. Acompanhando os Grandes Eventos, também percebemos um claro processo de remoção justificado pelo discurso do risco, seja por deslizamentos ou inundações, favelas foram removidas com a justificativa de estarem presentes em áreas de risco.

Para falar dessas remoções, antes precisamos saber que o espaço sobre a qual essas práticas acontecem é marcado por uma intencionalidade e uma multidimensionalidade, é nele que as tensões sociais são materializadas, e assim “(...) o espaço não pode ser visto como um objeto científico separado da ideologia, das relações de poder ou da política. É no espaço que se materializam as tensões, as interações e as lutas entre dominação e resistências.” (FERREIRA, 2013, p. 53)

Raquel Rolnik no prefácio do importante livro SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro Olímpico (2015), nos mostra como a violação dos direitos de moradia, no contexto da cidade do Rio de Janeiro ser sede dos Megaeventos, foram sendo realizados, pois a própria cidade-sede passou a ser um produto, mercadificada, tornada algo a ser vendido.

No que diz respeito à mercadificação da cidade, Ferreira (2013, p. 70) nos mostra que a sociedade do consumo, consome não apenas as mercadorias convencionais, consome também o espaço, fato este que percebemos atualmente na cidade do Rio de Janeiro. Dessa forma o espaço da cidade é visto como uma mercadoria, que deve ser consumida, possuindo o maior valor de troca possível.

Dessa forma, a cidade se torna “lugar do consumismo de lugar, gerando uma intensificação dos processos de gentrificação e de remoção de grupos sociais de baixa renda de áreas de interesse para megaeventos e grandes projetos urbanísticos.” (ACSELRAD, 2015, p. 63)

A mercadificação da cidade possui papel fundamental nessas contradições que o espaço vive, pois o espaço passa a ser vendido por preços elevados, quem não consegue pagar por ele acaba sendo expropriado de determinadas áreas da cidade. Isso acontece, pois as decisões são tomadas sem a participação dos habitantes do lugar, no qual sua percepção do lugar e sua história com ele não são levadas em consideração. Essas mesmas pessoas acabam sofrendo as consequências dessas modificações, como a valorização da terra e a consequente expulsão da população pobre.

A cidade mercadificada corresponde a uma verdadeira produção da cidade como espetáculo “e, para tanto, projetos com nomes impactantes são importantes: Favela-Bairro, Rio-Cidade e Porto Maravilha são exemplos para o caso do Rio de Janeiro.” (FERREIRA, 2011, p. 223)

Assim, o *city-marketing* tem o papel de criar uma imagem ideal para vender a cidade, excluindo dela as partes não desejáveis, como as favelas.

Nesse sentido, o Estado passou a realizar intervenções de maneira seletiva para investimentos urbanos, especialmente em infraestrutura, de modo a atender aos interesses do mercado, e privilegiar determinadas áreas da cidade.

Esse interesse do mercado na cidade vai ao encontro à ideia de planejamento estratégico, no qual as cidades devem competir por investimentos, seguindo a uma verdadeira lógica de mercado, no qual existe uma competição entre as cidades pelas melhores condições e oferta de recursos para receber grandes corporações e grandes projetos, e nessa relação algumas cidades acabam por receber mais recursos do que outras.

O planejamento estratégico atua assim, como instrumento do poder econômico no qual “no viés tecnicista de gestão das cidades, o planejamento estratégico ganha força como instrumento que viabiliza uma série de intenções pretendidas pelo poder econômico, como forma de coesão entre esses diversos projetos.” (FAULHABER e AZEVEDO, 2015, p. 25)

O grande problema é que os planos estratégicos não levam em consideração as especificidades de cada cidade, como sua população, infraestrutura e serviços, eles apenas replicam os projetos, produzindo projetos semelhantes para cidades diferentes, tal fato é percebido por Vainer (2013, p. 80), ao comentar que “as propostas constantes de todos os planos estratégicos, sejam quais forem as cidades, pareçam-se tanto umas com as outras: todos devem vender a mesma coisa aos mesmos compradores virtuais que têm, invariavelmente, as mesmas necessidades.” É como uma receita de bolo a ser replicada, em que existem verdadeiras “soluções” para a infraestrutura, como atualmente o Morar Carioca, e o anterior, o Favela Bairro.

Dessa forma, Vainer (2013, p. 76) nos mostra que essas cidades são tratadas como semelhantes, em que o planejamento estratégico considera que as cidades possuem os mesmos desafios que as empresas, e assim devem ser submetidas à mesma lógica, a lógica de mercado, na qual existe a necessidade da cidade (como a empresa) ser competitiva.

O mesmo autor ainda considera que a cidade segundo o planejamento estratégico seria constituída como uma mercadoria e como uma empresa, em uma estratégia de *marketing* urbano, vendendo a cidade e seus atributos; logo “a cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda.” (2013, p. 78)

Um conceito afim é o de empresariamento urbano de Harvey (1996) que mostra a estratégia econômica e política, para colocar em conjunto os atores públicos e os privados, especialmente quando tratamos dos atores imobiliários. Assim, percebemos que esses atores privados contam com subsídios públicos para efetuar seus investimentos. Com isso,

o novo empresariamento urbano se caracteriza, então, principalmente pela parceria público-privada tendo como objetivo político e econômico imediato (se bem que, de forma nenhuma exclusivo) muito mais o investimento e o desenvolvimento econômico através de empreendimentos imobiliários pontuais e especulativos do que a melhoria das condições em um âmbito específico.” (HARVEY, 1996, p. 53)

Devemos complementar, dessa forma, afirmando que através do planejamento estratégico a cidade não se constitui apenas em uma mercadoria, e sim em uma mercadoria de luxo, apenas sendo acessível a uma pequena parcela mais abastada da população.

Em síntese, pode-se afirmar que, transformada em coisa a ser vendida e comprada, tal como a constrói o discurso do planejamento estratégico, a cidade não é apenas uma mercadoria, mas também, e sobretudo, uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite de potenciais compradores: capital internacional, visitantes e usuários solváveis. (VAINER, 2013, p. 83)

Compreendemos assim que o Estado passa a atuar para beneficiar atores do mercado, como os incorporadores imobiliários, de forma a efetuar políticas públicas que interessam às classes dominantes da sociedade, levando infraestrutura a algumas áreas e deixando outras de lado, aumentando assim as desigualdades e a segregação, em que compete às classes abastadas as áreas mais ricas da cidade, enquanto para a população pobre sobraria apenas locais distantes, na periferia, ou mesmo nas favelas. A cidade passa nessa análise a fazer parte do mercado, legitimando interesses e apropriações da iniciativa privada.

Assim, em nome da obtenção de possíveis ganhos, em nome da competição, são justificadas medidas que concorrem para aumentar a segregação socioespacial, a desigualdade ambiental e o enfraquecimento político das populações residentes nas áreas empobrecidas. (ACSELRAD, 2009, p. 33)

Ainda sobre esse discurso do planejamento estratégico, a cidade deve ser tratada como uma unidade, necessitando de um consenso a respeito do projeto que se tem da cidade, para que seja vitorioso. Dessa forma, “a preocupação não é, nem de longe, com a construção de uma perspectiva global e abrangente, analítica e problemática: trata-se simplesmente de agregar percepções, em diferentes graus de generalidade e escalas.” (VAINER, 2013, p. 112)

Nesse contexto, metas foram instituídas pelo Conselho da Cidade, que agrupa cidadãos “notáveis” escolhidos pela prefeitura para legitimar a participação popular nas decisões. Porém deixamos claro que essas pessoas

escolhidas representam muitas vezes os interesses das grandes corporações e das elites.

Apesar de, como vimos no capítulo 1, grandes remoções terem ocorrido ao longo da evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro, podemos perceber que “se Pereira Passos e Carlos Lacerda ficaram consagrados na memória coletiva como representantes da política de despejos massivos, o número de pessoas removidas na gestão de Eduardo Paes supera – e muito – o das anteriores.” (ROLNIK, 2015, p. 12)

Trata-se de uma clara expulsão da população pobre de seu lugar, retirando-a com o objetivo de valorizar a terra, e assim beneficiando a especulação imobiliária através da abertura de novos mercados. Esse processo leva à segregação espacial, remoções e um processo de gentrificação cada vez maior na cidade.

Uma clara definição de gentrificação foi dada por Ferreira (2011, p. 93) quando mostra que tal conceito “caracteriza-se pela substituição de um grupo populacional de baixa renda, que ocupa determinada área da cidade, por outro de mais alta renda.”

Com os Grandes Eventos, que a cidade do Rio de Janeiro viveu nos últimos anos, foi percebido um grande processo de valorização imobiliária, sustentado pela prioridade na relação da cidade com o mercado. Ocorreu verdadeira mercadificação da cidade, que deixa de lado o interesse da população, e assim os direitos de parte dos cidadãos, visto que “nesse processo, aqueles que perdem suas casas para a valorização do território não usufruem dos supostos benefícios que ela origina. Pelo contrário, são marginalizados diante da reorganização da ocupação e apropriação do espaço urbano.” (FAULHABER e AZEVEDO, 2015, p. 15)

As remoções são explicadas pelo próprio discurso de realização dos jogos, pela infraestrutura urbana, pelo discurso da violência e da criminalização da população pobre, e ainda, através do discurso do risco, incluindo o discurso ambiental, que, como vimos, previam até mesmo a remoção de comunidades inteiras.

Em muitas cidades, é no período que transcorre entre a designação da cidade anfitriã e a realização do evento que essas transformações são implementadas. Expulsões e despejos forçados são características comuns dos preparativos para os megaeventos. O aumento da demanda por espaço para construir locais esportivos, alojamentos e vias públicas canaliza-se mediante projetos de reabilitação urbana que frequentemente tornam necessária a demolição de moradias existentes e a abertura de espaços para novas obras. A importância que se concede à criação de uma nova imagem internacional da cidade como parte integrante da preparação dos jogos supõe a eliminação de manifestações de pobreza e desenvolvimento. (ROLNIK, 2015, p. 245)

Dessa forma, remoções foram realizadas para a construção dos equipamentos e da infraestrutura para a realização dos megaeventos. Milhares de pessoas foram desalojadas, seja para construção dos BRTs, estádios ou outros equipamentos olímpicos¹³. Porém a remoção muitas vezes era velada, não falavam ao certo quantas comunidades ou até mesmo casas na área formal seriam removidas, e onde essa população seria reassentada.

Já no que se refere às remoções realizadas pelo discurso do risco, conseguimos perceber em diversas matérias de jornais, que tal assunto é tratado com naturalidade, não levando em consideração, em nenhum momento, toda a população afetada por tais decisões, como podemos ver abaixo:

a Secretaria Municipal de Habitação já relacionou 119 favelas que serão removidas integralmente pela prefeitura até o fim de 2012, por estarem em locais de risco de deslizamento ou inundação, de proteção ambiental ou destinados a logradouros públicos. Com pelo menos 12.196 domicílios, essas comunidades ocupam 2,34 milhões de metros quadrados - uma área maior do que o bairro do Leblon. O secretário Jorge Bittar informou que trechos não urbanizáveis de outras favelas, que ainda estão sendo levantados, também serão desocupados. Entre as favelas que vão desaparecer estão a do Horto (Jardim Botânico), a Indiana (Tijuca), a da CCPL (Benfica), a do Metrô (Maracanã), a Vila Autódromo (Barra) e a Vila Taboinhas (Vargem Grande). É o caso também da pequena Matinha, num trecho de floresta atrás do Ciep Ayrton Senna e na vizinhança da Rocinha. (O GLOBO¹⁴)

¹³<http://oglobo.globo.com/rio/para-implantar-transolimpico-rio-tera-uma-das-maiores-remocoes-de-favelas-desde-2009-13271290>

<http://rioonwatch.org.br/?p=4018>

<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/08/remocao-de-familias-para-obras-da-copa-e-das-olimpiadas-gera-polemica.html>

<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/olimpiada-no-rio/2016/07/1796732-removidos-por-olimpiada-recebem-cobranca-de-r-75-mil.shtml>

¹⁴ <http://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-removera-119-favelas-ate-fim-de-2012-3072053>

Os mapas abaixo exemplificam duas áreas mencionadas nessa matéria do Jornal O Globo, as favelas da Indiana e da Vila Autódromo, que foram consideradas como áreas de risco por sua proximidade com corpos hídricos.

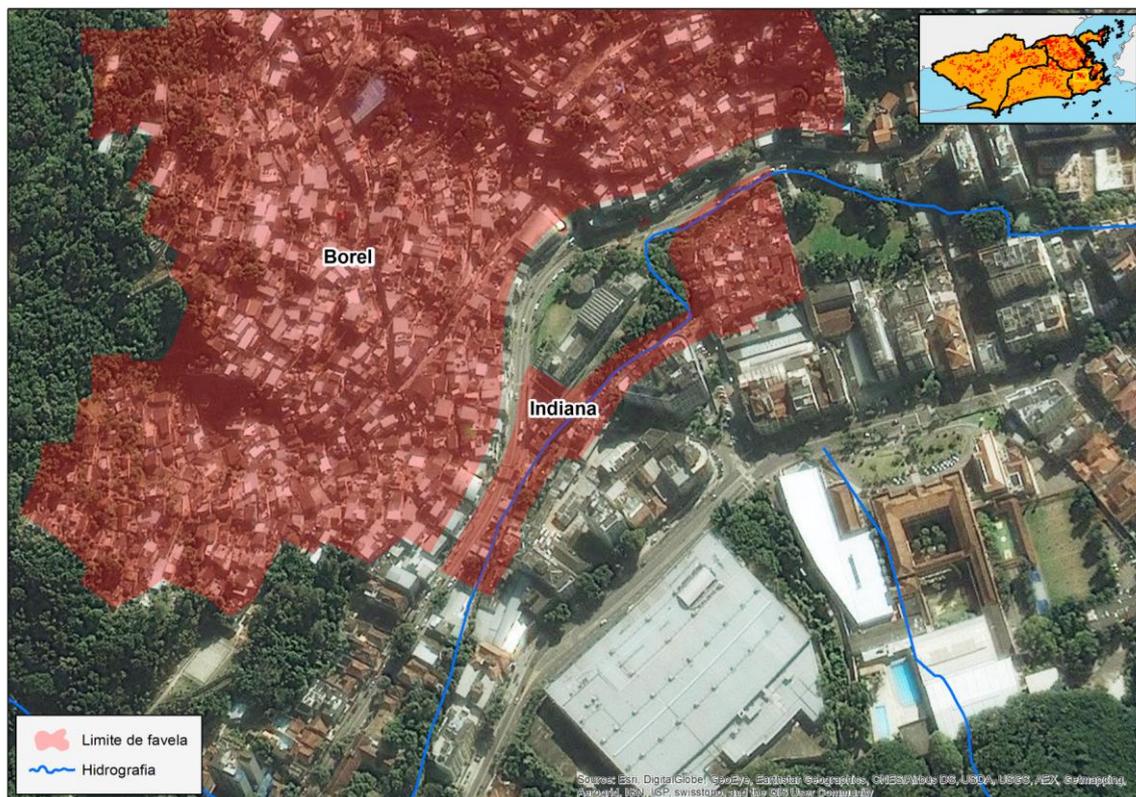


Figura 11 – Favela da Indiana e a hidrografia do município do Rio de Janeiro

Fonte: Instituto Pereira Passos. Elaborado pela autora.



Figura 12 - Favela da Vila Autódromo e a hidrografia do município do Rio de Janeiro
 Fonte: Instituto Pereira Passos. Elaborado pela autora.

Tais remoções em áreas de risco são também ressaltadas em outra matéria do mesmo jornal

Um pacote de remoções de pelo menos doze mil imóveis em áreas de risco e consideradas não urbanizáveis deverá ser anunciado pela prefeitura do Rio nos próximos 30 dias, informou na manhã desta quarta-feira o secretário municipal de Habitação Jorge Bittar. Segundo Bittar, o mapeamento dos domicílios que serão removidos está sendo finalizado e inclui imóveis em cerca de cem comunidades sujeitas a alagamentos ou desmoronamentos ou erguidas em logradouros públicos e faixas de proteção ambiental. Entre as áreas consideradas prioritárias, onde as remoções acontecerão primeiro, estão o Morro do Turano, no Catumbi, e as favelas erguidas às margens do Rio Acari, na Zona Norte.

Também fazem parte da lista o trecho do Morro dos Tabajaras voltado para Botafogo; a favela da Indiana, na Tijuca; parte da favela da Babilônia, no Leme; o Sítio da Amizade, na Cidade de Deus, e as comunidades às margens dos de Jacarepaguá. (O GLOBO¹⁵)

Nessa prática de deslocamento compulsório, a população poderia também não ser nem ao menos avisada. A mesma deparava-se com a sigla SMH

¹⁵<http://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-do-rio-pretende-retirar-mais-de-12-mil-familias-de-areas-de-risco-3073246>

(Secretaria Municipal de Habitação, lida pelos moradores do lugar também como “Saia do Morro Hoje”) e um número escrito em sua porta, sinal que a sua casa deveria ser removida. Esse processo constituiu-se em um claro desrespeito ao direito à cidade e à moradia daquela população, pois apenas era levada em consideração a lógica do mercado e da especulação imobiliária.

O livro apresenta como isso ocorre em escala municipal – quando mostra a “coincidência” entre, por um lado, os lugares reservados aos grandes projetos vinculados aos megaeventos e à mudança de imagem da cidade e, por outro, as remoções em função de áreas de risco, o que configura uma política de segregação que a presença das grandes favelas na Zona Sul ainda insiste em questionar. Mas a escala dos próprios projetos de corredores também é estudada e apresentada, quando os autores assinalam os novos empreendimentos imobiliários que passaram a ocupar o lugar dos removidos. Sua remoção das áreas centrais abre caminho para investimentos privados com localização privilegiada, ao mesmo tempo em que reforça a ideia de que lugar dos pobres é na periferia, em áreas não conectadas com o restante da cidade e desabastecidas de qualquer infraestrutura. (AZEVEDO E FAULHABER, 2015, p. 11-12)



Figura 13 – Fachada de casa marcada com a sigla SMH e um número, mostrando que a mesma seria removida, no Morro da Providência

Fonte: Revista de História. Disponível em:
<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/reportagem/saia-do-morro-hoje>. Acesso em:
 20/11/2015

Para tal relação ser efetivada, um arcabouço legal foi constituído, legitimando essa relação entre o mercado e a cidade, em detrimento dos cidadãos. Como percebemos no capítulo anterior, tanto o Plano Diretor, quanto a Lei Orgânica, sem contar com o Plano Estratégico e outros Decretos, acabam por institucionalizar essa relação.

Como vimos, historicamente a favela foi vista como um problema, um mal a ser combatido, consoante a isso, seus habitantes, chamados de forma pejorativa de favelados, também são vistos como tal.

Ao delimitar esses territórios como ‘ilegais’, muitas vezes se sobrepondo aos tecidos urbanos preexistentes, as normas de planejamento, construção e ocupação do solo definem uma geografia de invisibilidade para a política urbana ou classificam uma presença constituída – mas nunca plenamente estabelecida – como exceção. Aqui, o conceito de estado de exceção pode ser útil. (ROLNIK, 2015, p. 193)

A violência presente nas favelas se mostra como mais um problema para a cidade, que deve ser reprimida, mesmo que para isso ocorra também a repressão de sua população. Assim, Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) foram instaladas em algumas favelas da cidade, primeiramente e especialmente naquelas favelas de interesse ao poder público, seja por estarem na rota dos Grandes Eventos que aconteceram na cidade, como no entorno do Maracanã, em áreas de população mais abastada da cidade, na zona sul, por exemplo, ou mesmo em outras favelas pontuais com casos marcantes de violência. A seguir, mostraremos a localização das UPPs relacionadas aos principais equipamentos olímpicos, e uma tabela com a ordem cronológica da implantação das UPPs, destacando sua relação também com as áreas de interesse para os Jogos Olímpicos.

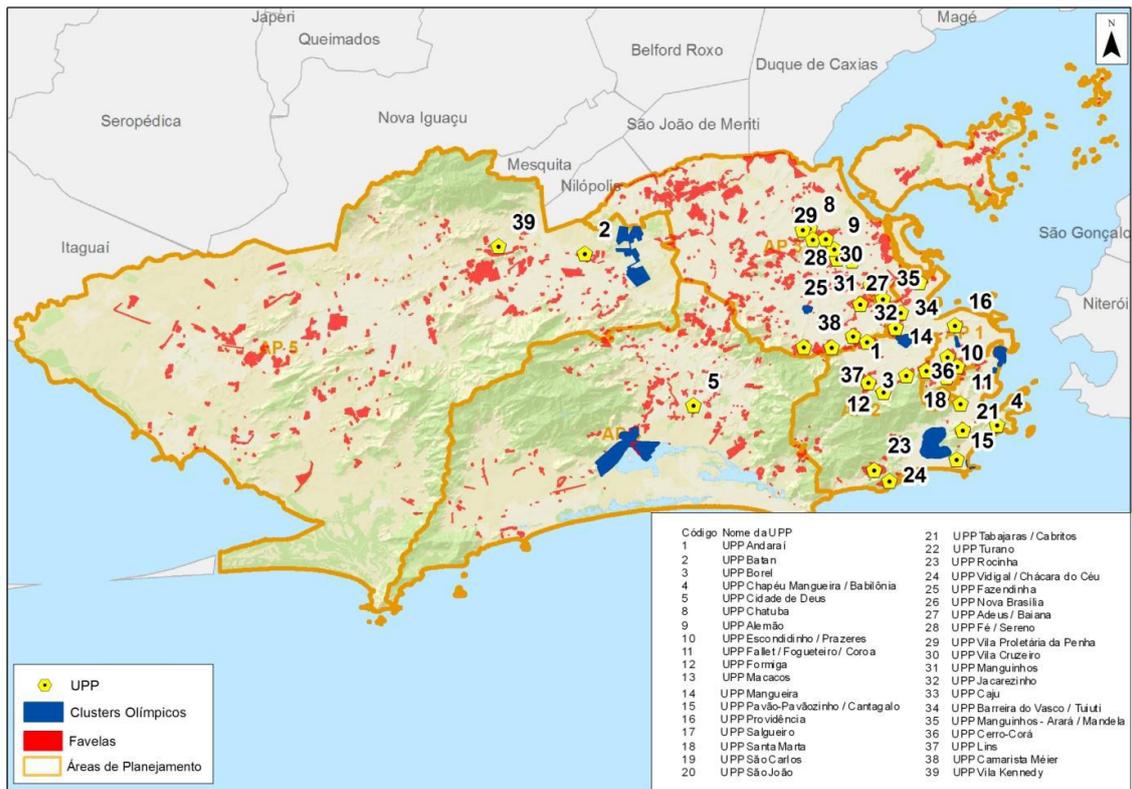


Figura 14 - Mapa de localização das UPPs formando um cinturão no entorno das instalações olímpicas

Fonte: DIAS, 2016, p. 51.

UPPs	Instalação	Área da cidade
Santa Marta	19/12/2008	Zona Sul
Cidade de Deus	16/02/2009	Zona Oeste
Batan	18/02/2009	Zona Oeste
Babilônia e Chapéu Mangueira	10/06/2009	Zona Sul
Pavão-Pavãozinho e Cantagalo	23/12/2009	Zona Sul
Tabajaras e Cabritos	14/01/2010	Zona Sul
Providência	26/04/2010	Centro
Borel	07/06/2010	Zona Norte
Formiga	01/07/2010	Zona Norte
Andaraí	28/07/2010	Zona Norte
Salgueiro	17/09/2010	Zona Norte
Turano	30/10/2010	Zona Norte
São João, Matriz e Quietos	31/01/2011	Zona Norte
Escondidinho e Prazeres	25/02/2011	Zona Sul
Coroa, Fallet e Fogueteiro	25/02/2011	Centro
São Carlos	17/05/2011	Centro
Mangueira	03/11/2011	Zona Norte
Macacos	30/11/2011	Zona Norte
Vidigal	18/01/2012	Zona Sul
Nova Brasília	18/04/2012	Zona Norte
Fazendinha	18/04/2012	Zona Norte
Adeus e Baiana	11/05/2012	Zona Norte
Alemão	30/05/2012	Zona Norte
Chatuba	27/06/2012	Zona Norte
Fé e Sereno	27/06/2012	Zona Norte
Parque Proletário	28/08/2012	Zona Norte
Vila Cruzeiro	28/08/2012	Zona Norte
Rocinha	20/09/2012	Zona Sul
Jacarezinho	16/01/2013	Zona Norte
Manguinhos	16/01/2013	Zona Norte
Barreira do Vasco e Tuiuti	12/04/2013	Zona Norte
Caju	12/04/2013	Zona Norte
Cerro-Corá	03/06/2013	Zona Sul
Arará e Mandela	06/09/2013	Zona Norte
Lins	02/12/2013	Zona Norte
Camarista Méier	02/12/2013	Zona Norte
Vila Kennedy	23/05/2014	Zona Oeste

Tabela 2 – Tabela com as UPPs na cidade do Rio de Janeiro e sua cronologia de instalação

Fonte: <http://www.upprj.com/index.php/historico>

Por outro lado, em meio ao planejamento estratégico que discutimos anteriormente, os grandes eventos, acompanhados de grandes projetos para a chamada “revitalização”¹⁶ da cidade “servem como uma espécie de *marketing* urbano para promover o orgulho por parte da população em pertencer a uma cidade que atingiu o caráter global, capaz de atrair investidores e os olhares de todo o mundo.” (AZEVEDO E FAULHABER, 2015, p. 33)

Dessa forma, tais megaeventos acabaram por se tornar uma justificativa para o Estado decidir a vida da cidade, sem levar em consideração o direito dos cidadãos, realizando remoções e despejos forçados, mudando o cotidiano da cidade, alterando ruas e avenidas, deixando a cidade como um verdadeiro canteiro de obras.

Assim, as remoções realizadas no Rio de Janeiro no âmbito dos Grandes Eventos foram marcadas pela subordinação do interesse público àqueles interesses do mercado, e conseqüentemente à sua lógica, pela ausência de participação popular e por uma clara “coação e da violência institucional, violando gravemente os direitos humanos, em especial o direito à moradia”. (COMITÊ, 2015, p. 7).

Para efetuar uma análise do atual processo de remoção de favelas, incluindo sua justificativa pelo discurso do risco, objeto deste trabalho, não podemos deixar de enfatizar mais uma vez que a favela é a principal alternativa de moradia para os pobres, especialmente quando tratamos da proximidade ao mercado de trabalho, ocupando as encostas dos morros nas proximidades da área central e da zona sul, lócus da oferta de trabalho para essa população.

Porém, ao ocupar tais áreas, dividindo espaço com camadas abastadas, a favela passa a ser vista como ameaça, invadindo o lugar da população rica que habita a cidade, e mais uma vez sua remoção/eliminação é vista como a única alternativa para o problema favela. Assim, ao eliminar as favelas, os terrenos ocupados por ela, na área rica da cidade, seriam liberados para a especulação imobiliária, e a população mais pobre expulsa dessa área valorizada da cidade.

Conforme Azevedo e Faulhaber (2015, p. 36) nos apresentaram, as remoções do governo do ex-prefeito Eduardo Paes ultrapassaram até mesmo as

¹⁶ Não concordamos com tal termo, pois quando falamos em revitalizar uma parte da cidade, estamos pressupondo que aquele lugar não tinha vida, o que não é correto, pois o lugar tem vida, somente não tem aquela vida desejada pelo poder público, fruto do interesse de diversos poderosos atores presentes na cidade, que visam ao interesse do capital.

remoções que ocorreram anteriormente na cidade, e as quais abordamos no Capítulo 1 do presente trabalho. Nesta comparação, ainda segundo os respectivos autores, Eduardo Paes removeu mais de 67.000 pessoas, enquanto os outros governos famosos pela sua política de remoção, como o de Pereira Passos e o de Lacerda, removeram juntos aproximadamente 50.000 pessoas¹⁷. Lembrando que esses números no que se refere às remoções do governo de Eduardo Paes provavelmente são maiores, visto a falta de transparência no que se refere à divulgação dos dados dessas remoções, que segundo publicação do Comitê Popular para Copa e Olimpíadas supera o número de 75.000 pessoas.

Percebemos assim que “a associação capital-Estado usa o espaço de forma a assegurar o controle dos lugares através da homogeneização do todo e a segregação das partes.” (FERREIRA, 2013, p. 65)

No que diz respeito ao reassentamento da população, além de não ser transparente, colocam as pessoas em locais extremamente distantes daqueles de sua habitação de origem, em habitações do Minha Casa Minha Vida, distantes cerca de 40 a 70km de onde se encontrava sua vida anteriormente, suas relações pessoais e profissionais, restando assim para essa população pobre as áreas mais distantes do centro da cidade. Sobre a indenização, geralmente são valores irrisórios, que não levam em consideração o real valor do imóvel incluindo localização, construção e benfeitorias.

¹⁷ Segundo Azevedo e Faulhaber (2015, p. 36), os números apresentados referentes à remoção são (67.000 Eduardo Paes (2009-2013), 30.000 Carlos Lacerda (1961-1965) e 20.000 Pereira Passos (1902-1906).

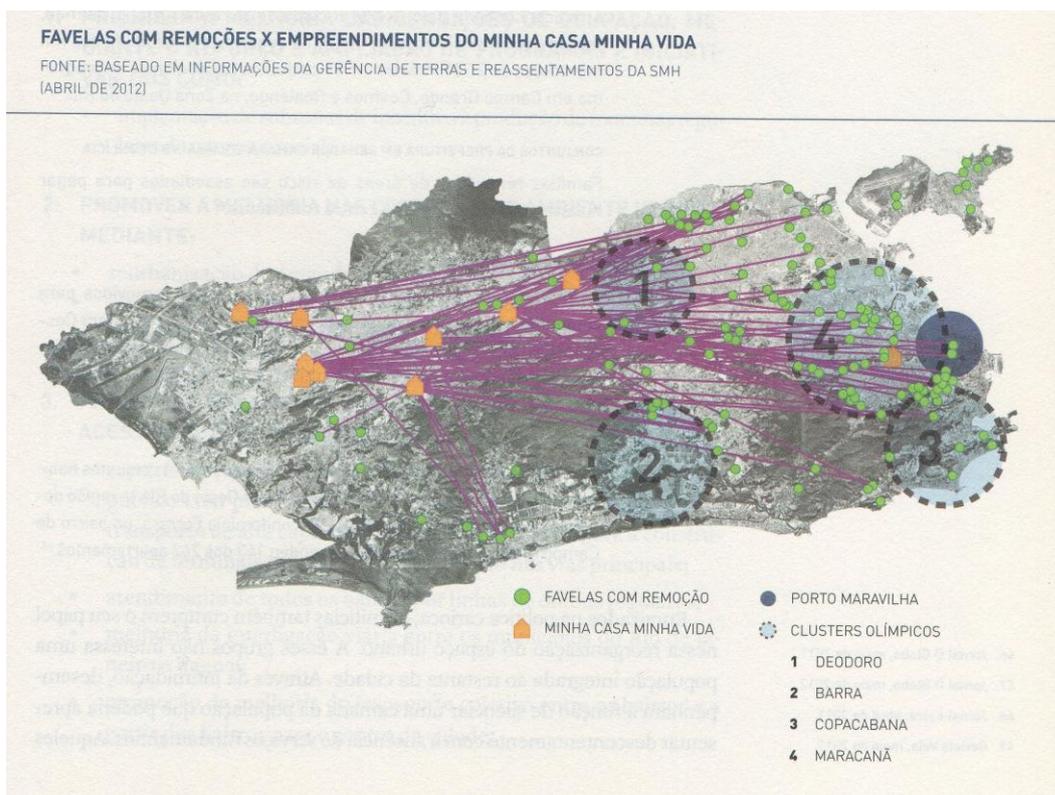


Figura 15 – Mapa dos fluxos de remoção e reassentamento para empreendimentos do Minha Casa Minha Vida

Fonte: AZEVEDO e FAULHABER, 2015, p. 67.

Os investimentos em produção habitacional para a população mais pobre, como o programa Minha Casa Minha Vida, focaram-se na produção imobiliária nas periferias, sem, contudo, levar a infraestrutura adequada a esses locais para que essa população possa usufruir dos serviços públicos. Ao contrário, a cidade passa a levar em consideração apenas alguns atores no que compete aos interesses do capital e assim “a cidade muda, se transfigura para servir prioritariamente ao capital, mais particularmente aos rendimentos dos patrimônios imobiliários e imobiliários capitalistas.” (PEREIRA, 2015, p. 160)

Esse processo de expulsão da população pobre para áreas distantes do centro da cidade trata-se de um processo claramente de “periferização, processo de segregação e diferenciação social e/ou geográfica, [que] tem motivações econômicas, políticas e culturais.” (AZEVEDO e FAULHABER, 2015, P. 18)

Tal processo de periferização acontece tanto diretamente, através das estratégias de remoção já mencionadas, quanto indiretamente, através da chamada “remoção branca”, na qual a população acaba sendo levada a sair de seu local de

origem devido à especulação imobiliária, que vê tais áreas como interessantes ao mercado (como as favelas alvo da implantação de UPP - Unidade de Polícia Pacificadora – em regiões da zona sul, centro e grande Tijuca)¹⁸. Essas áreas também são vislumbradas como possíveis locais de habitação para outras parcelas da população, virando objeto de interesse da classe média e/ou de turistas, retirando a população que ali vivia, muito por conta do aumento do preço da terra, e a consequente valorização das habitações, e também pelo aumento do custo de vida com a chegada das concessionárias de serviços públicos, gerando assim o processo de gentrificação.

Sobre essas tensões no espaço ressalta Ferreira (2013, p. 54) que a

(...) imagem virtual transformada em paisagem como estratégia para ocultar as tensões na produção do espaço (...) [ajuda a] desconstruir as estratégias de produção do espaço à revelia dos habitantes do lugar a partir da construção, no imaginário social, de ideários de cidade, que vão ao encontro do desejo dos proprietários fundiários, dos promotores imobiliários e do empresariado ligado à atividade turística – que fazem uso de novas tecnologias, transformando imagens virtuais em paisagens -, e que tem tido como resultado, graves processos de gentrificação.

Algumas das favelas que vem sofrendo mais com esse processo de “remoção branca” e gentrificação, retirando a população que vivia na favela, que passou a ser alvo de classes mais abastadas, são aquelas localizadas em pontos extremamente valorizados da zona sul da cidade, como a Favela Santa Marta em Botafogo, e a Favela do Vidigal localizada entre os bairros do Leblon, São Conrado e Gávea.

Mas não é só mediante a ação repressora do Estado que a periferização ganha força no Rio de Janeiro. Uma vez que os investimentos se voltaram para áreas centrais da cidade que antes estavam à margem dos interesses políticos e imobiliários, como determinadas favelas e a zona portuária, a população que ali reside sofre uma enorme pressão do próprio mercado para a sua saída. A chamada ‘remoção branca’, derivada do processo de gentrificação, é uma realidade em favelas como Santa Marta, Cantagalo e Vidigal, dentre diversas na Zona Sul. (FAULHABER e AZEVEDO, 2013, p. 18)

¹⁸ Em favelas com UPP, porém que não estão situadas nas áreas mais valorizadas da cidade, como na zona oeste e zona norte, esse processo de remoção branca devido à valorização dos imóveis não se deu de forma tão forte, pois tais favelas não sofreram tal forte processo de valorização.

Ainda sobre o reassentamento, devemos ressaltar que tal modelo que vem sendo empregado, que segundo vimos remete à periferização da população pobre vai contra a própria legislação urbana vigente na cidade. No Plano Diretor (lei complementar nº 111 de 1º de fevereiro de 2011) existe uma seção completa (Capítulo 4 Seção VI) que aborda as condições para o “Reassentamento de Populações de Baixa Renda Oriundas de Áreas de Risco”, a qual prevê

Art. 211. O reassentamento das populações de baixa renda compreenderá:

I - identificação e priorização de atendimento das populações localizadas em:

- a) áreas frágeis de encostas e baixadas caracterizadas como áreas de risco ambiental ou geotécnico;
- b) faixas marginais de proteção dos corpos hídricos;
- c) faixa de proteção de adutoras e de redes elétricas de alta tensão;
- d) faixas de domínio de estradas federais, estaduais e municipais;
- e) áreas com restrições ambientais à ocupação;
- f) áreas que não possam ser dotadas de condições mínimas de urbanização e saneamento básico;

II - o cadastramento prévio das famílias objeto do reassentamento;

III - recuperação, restauração ambiental e definição imediata de uso para as áreas desocupadas.

§ 1º No caso de necessidade de remanejamento de construções serão adotadas, em ordem de preferência, as seguintes medidas, em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município:

I - reassentamento em terrenos na própria área;

II - reassentamento em locais próximos;

III - reassentamento em locais dotados de infraestrutura, transporte coletivo e equipamentos urbanos.

§ 2º Na promoção de reassentamento de populações de baixa renda, o lote urbanizado será provido de unidade habitacional e deverá estar de acordo com as normas técnicas para garantir sua ampliação dentro de padrões de segurança. (RIO DE JANEIRO, 2011, P. 114-115)

Porém, como vimos, ao contrário do disposto em tal seção, em que as famílias deveriam ser reassentadas nas proximidades de sua antiga residência, o governo municipal não cumpre aquilo que está previsto em lei, e na prática, essas famílias acabam tendo outros destinos, que destacaremos a seguir.

O primeiro seria o reassentamento em unidades próprias que seriam adquiridas pela população removida com subsídios do governo, geralmente localizadas na periferia das cidades, locais estes longínquos daqueles que a população removida habitava anteriormente. O programa “Minha Casa Minha Vida” do governo federal, em parceria com o município, foi o protagonista desse processo, porém apesar de “apresentado como uma promessa de inclusão social

por meio de moradia adequada, o programa federal de habitação se tornou, especialmente no Rio de Janeiro, instrumento de segregação espacial.” (FAULHABER e AZEVEDO, 2015, p. 16)

O segundo seria o aluguel social, enquanto a população não era reassentada definitivamente, o Governo do Estado oferecia uma ajuda de custo¹⁹ de 400 reais para essa população custear sua moradia, valor esse aquém daquele encontrado no mercado de locação de imóveis da cidade, que acaba assim também sendo expulsa para as periferias.

E ainda, uma terceira opção, em que quando indenizada, com o valor das indenizações para as famílias, o morador removido não consegue reconstruir sua casa em outro local ou mesmo comprar um imóvel próximo a sua área de origem, tornando inviável a inserção dessa população no mercado imobiliário formal, e assim acabam voltando para áreas de risco.

Dessa forma “trata-se de uma política de realocização dos pobres na cidade a serviço de interesses imobiliários e oportunidades de negócios, acompanhado de ações violentas e ilegais”. (COMITÊ Popular da Copa e Olimpíadas, 2015, p. 19), embora algumas famílias acabem por aceitar esse deslocamento, marcado pela pressão do Estado.

Quando abordamos o reassentamento da população removida, acabamos encontrando mais um problema, o qual consiste nas instalações para as quais essa população é levada, que se assemelham muito ao que acontecia nas habitações da COHAB na década de 1960. Vimos anteriormente que as habitações construídas, especialmente do programa Minha Casa Minha Vida, são de qualidade duvidosa, apresentando rachaduras, sendo passíveis de alagamentos, ou mesmo possuindo outros defeitos estruturais decorrentes da falta de estudo de viabilidade técnica da construção, uso de materiais de baixa qualidade, ou ainda devido a outros problemas.

¹⁹ Atualmente, no período dos anos de 2016 e 2017, o Governo do Estado do Rio de Janeiro passa por uma grave crise econômica, e um dos projetos para superar essa crise é deixar de pagar o Aluguel Social as pessoas necessitadas, desamparando-as no que se refere à sua necessidade fundamental de moradia. A pergunta que nos fazemos é: se essa “ajuda de custo” já era muito pequena quando percebemos o mercado de aluguéis da cidade, qual a solução que essa população mais pobre, desassistida, e sem ao menos uma casa para morar irá ter para sobreviver?

Além disso, conforme vimos em Faulhaber e Azevedo (2015), e corroboramos com tal ideia, o programa Minha Casa Minha Vida representa na cidade do Rio de Janeiro, um verdadeiro instrumento de segregação espacial, pois tais condomínios encontram-se distantes de onde a vida das pessoas estava, longe do mercado de trabalho, do comércio e de serviços, sem a presença de infraestrutura, equipamentos públicos e serviços no seu entorno, em que grande parte dos condomínios encontram-se na borda das áreas que deveriam ser estimuladas a ocupação.

Ainda no que se refere à localização, na faixa de renda de 0 a 3 salários mínimos, a grande maioria dos empreendimentos do Minha Casa Minha Vida localizam-se na AP5, Zona Oeste da cidade, a área ainda deficiente de infraestrutura urbana, transportes públicos e serviços essenciais na cidade, e que não foram beneficiadas com os investimentos para os Grandes Eventos. Dessa maneira, com o aumento da população residente nessa área, tal precarização acaba por ser perpetuada e, o pior, enfatizada, pois aumentando a população que necessita de infraestrutura e serviços, aumenta também a insatisfação com a ausência ou precariedade deles.

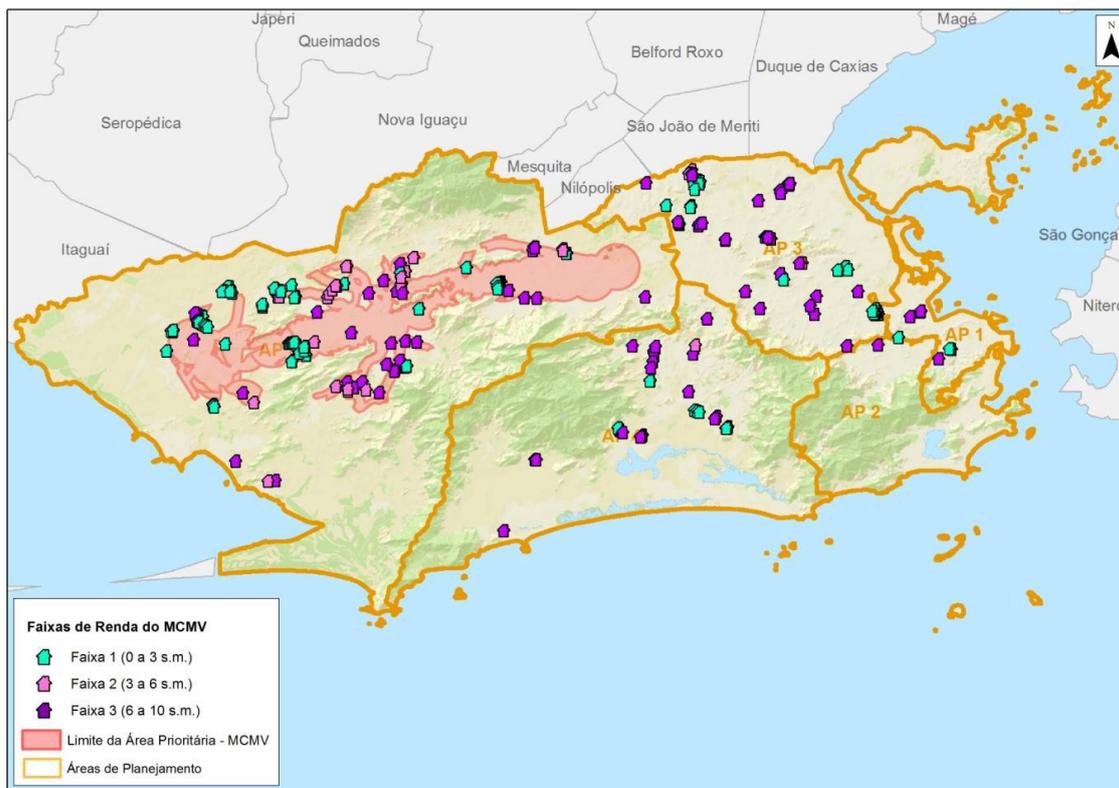


Figura 16 - Mapa com área prioritária para os empreendimentos do programa Minha Casa, Minha Vida

Fonte dos dados: Armazém de Dados do Instituto Pereira Passos – IPP. (DIAS, 2016, 112)

Outra problemática nesse reassentamento é a população se adequar a dinâmica de condomínio no qual moradores são reassentados. O ato de pagar condomínio e outros múltiplos tributos (água, luz...), além da prestação do imóvel, acaba por pesar no orçamento dessa população pobre, e pode inviabilizar a presença dessas pessoas nos condomínios.

Todas essas questões relacionadas à remoção mostram que o governo municipal que acabara de terminar na cidade, fica marcado como um dos períodos mais violentos no que se refere ao histórico das remoções na cidade do Rio de Janeiro.

Violência essa praticada não só pelo ato de remover as famílias, quando em muitos casos outras alternativas poderiam ser estudadas e realizadas, mas também em todos os estágios da remoção. Desde quando a prefeitura decide sem nenhuma consulta à população pela remoção, passando pelo fato da população não ser ao menos avisada (saber o porquê está sendo removida, para onde ela irá, como será realizado esse processo de remoção), em que as remoções foram realizadas de forma rápida e truculenta, mediante incertezas, falta de informação,

de laudos técnicos, de decisões judiciais, e até mesmo da implantação do medo para que a população seja removida, e até no seu reassentamento, quando deveria ser indenizada ou reassentada nas proximidades de sua residência, é levada para locais longínquos de sua moradia original e mesmo de seu trabalho ou é indenizada com valores muito abaixo daqueles de mercado, impossibilitando a compra de uma nova habitação, fazendo com que morem até mesmo em condições piores, distante dos serviços públicos e perpetuando a problemática da moradia.

A falta de transparência, e até mesmo de humanidade, é característica de tais remoções, a própria prefeitura não disponibiliza amplamente os dados referentes à remoção e aos seus critérios.

A prefeitura demarca as casas a serem removidas com a sigla SMH (Secretaria Municipal de Habitação), que como vimos, é lida pelos moradores como “Saia do Morro Hoje”²⁰. Negociações eram realizadas a fim de obter o reassentamento e/ou indenização, porém as ofertas eram feitas sem padronização de valor, o que acabava por provocar a divisão da comunidade. Nesse processo as associações de moradores foram corrompidas para apoiar as remoções, como estratégia para legitimá-las, e conseguir maiores indenizações para si.

Percebemos que o risco é tratado de forma diferente mediante as relações de poder de sua população, pois como abordado por Ferreira (2013, p. 55), “os atores definem-se através de sua posição e dinâmica de poder no sistema; assim, nesse sentido, é impossível não conectar atores e relações de poder”, e com isso a população pobre, da favela, que não possui voz na cidade, acaba sendo colocada em detrimento de interesses de atores poderosos, tais como construtoras, incorporadores imobiliários, dentre outros.

Após a remoção de algumas famílias, eles efetuam a demolição das casas, e não retiram os entulhos, de forma a perpetuar o medo naqueles que ficaram, ao presenciar todos os dias os escombros daquilo que já foram casas, mostrando que

²⁰ “Comunicada a remoção e feito o levantamento, a prefeitura demarca as casas com a sigla SMH e, no caso de negociação positiva, também coloca a letra ‘D’, de demolição. Caso semelhante pelo autoritarismo ao curioso ‘PR’ de ‘Príncipe Regente’ ou de ‘Ponha-se na rua’ no Rio de Janeiro ainda colonial.” (AZEVEDO e FAULHABER, 2015, p. 51)

os próximos podem ser eles, além do perigo de atrair doenças e animais para o local. Esse processo acaba por fragilizar ainda mais essa população.

Quando falamos da expulsão da população de sua área de origem, para locais distantes, sem infraestrutura necessária para receber essa população, acabamos por perceber, conforme nos mostra Pereira (2015, p. 159), que o espaço é materializado por uma “fragmentação urbana da cidade” e com ela “uma segregação ainda maior da cidade, porque a produção desigual do espaço não se evidencia apenas pela carência da distribuição espacial de equipamentos e serviços urbanos, mas se evidencia pela criação de espaços urbanos privilegiados.”. Espaços privilegiados esses que correspondem às áreas mais abastadas da cidade, que recebem a maior parte dos investimentos realizados pelo Estado.

Retomando nossa ideia central, o foco deste trabalho é abordar o atual processo de remoções, sobretudo aquelas justificadas pelo discurso do risco, pois podemos perceber que

em busca da reorganização do espaço urbano do Rio de Janeiro, a prefeitura, através da ação de suas secretarias, aponta a alternativa de remoção das camadas sociais mais pobres como preceito para valorização do território. O planejamento estratégico é evocado para substanciar este argumento através de suas metas e projetos elencados. Os corredores viários, a construção de parques, as intervenções na área portuária, a instalação e requalificação de equipamentos esportivos e, **sobretudo, a eliminação de ocupação de áreas de risco são os argumentos mais utilizados pelo Estado para promover essas remoções.** (FAULHABER e AZEVEDO, 2015, p. 48 - grifo meu)

Corroborando tal análise percebemos que o risco, porém, é tratado de forma diferente quando presente em áreas pobres e em áreas abastadas da cidade. Em áreas pobres a população é culpabilizada pelo risco sofrido, enquanto o risco quando presente em áreas de classe média ou alta, outras medidas são tomadas que não a remoção dessa população, medidas de mitigação são realizadas, para manter a população em seu lugar. Tal análise é corroborada por Veyret (2007, p. 105) ao afirmar que “quando as classes médias e os abastados se sentem ameaçados ou sofrem um desastre, são tomadas medidas de gestão para diminuir o risco aceitável.”

Dessa forma, percebemos que os interesses do Estado são contraditórios, pois mesmo que duas áreas estejam igualmente em áreas de risco, e na teoria tivessem que receber o mesmo tratamento, os interesses de determinados atores fazem seguir outro caminho. Enquanto em áreas pobres, de favelas, a remoção é a única alternativa encontrada, em áreas de população mais abastada, formais, outras alternativas são encontradas, como obras de contenção, conciliando com os interesses dos proprietários.

Nesse sentido remoções em áreas de risco são realizadas por toda a cidade, chegando, segundo dados encontrados no importante livro SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro Olímpico, correspondem a 44,5% das remoções realizadas na gestão do prefeito Eduardo Paes. A mesma publicação, apresenta um elucidativo mapa com os pontos de remoções, no qual grande parte delas, contendo a justificativa do risco (bolinhas em verde).

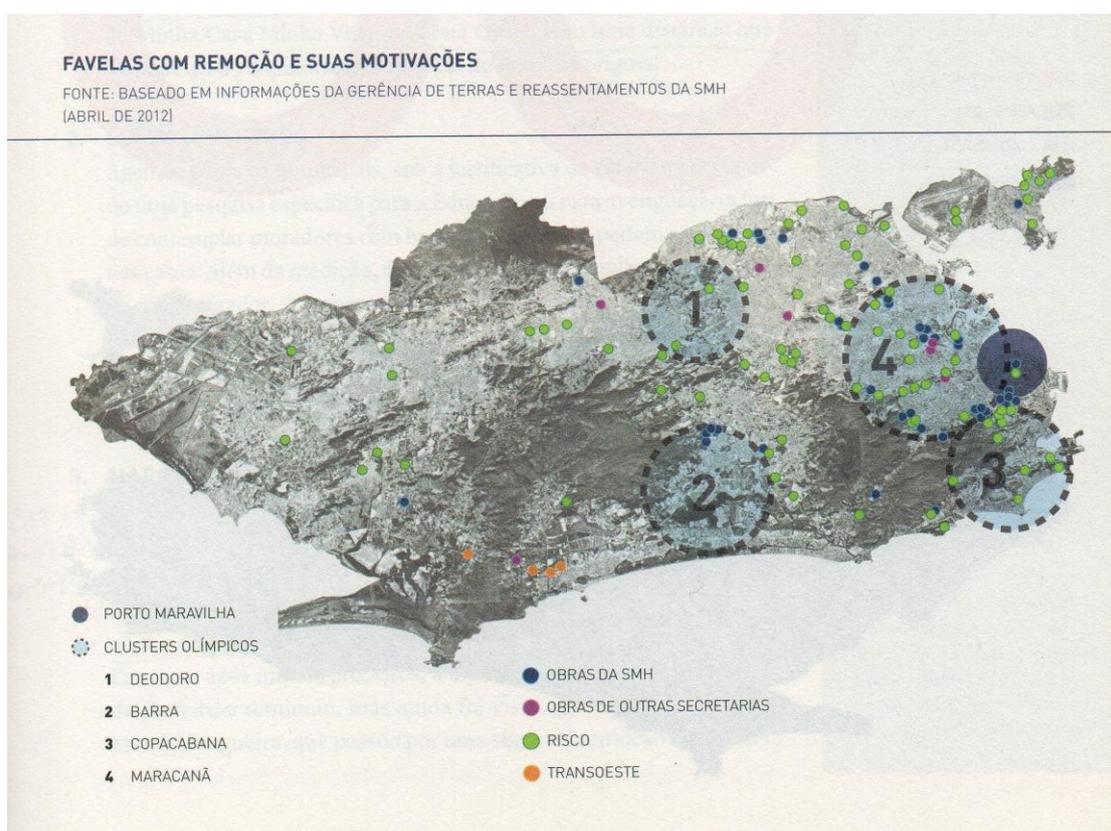


Figura 17 – Favelas com remoções e suas justificativas
 Fonte: FAULHABER e AZEVEDO, 2015, p. 49.

Percebemos uma concentração das remoções nas áreas mais valorizadas da cidade, assim como o emprego do risco ambiental onde existe influência dos megaeventos, seja na zona sul, na área da grande Tijuca ou especialmente na área da Barra e de Jacarepaguá.

O que percebemos ao representar essas remoções espacializadas é uma grande concentração nas áreas mais valorizadas ou com potencial de valorização devido ao aporte de recursos investidos. Nesse sentido, o direcionamento das ações do Estado sobre determinada região vem especialmente ao encontro dos interesses da construção civil. As favelas e ocupações, cuja permanência resistiu à lógica imobiliária formal por todos esses anos, agora sofrem novamente uma fortíssima intervenção. Coincidentemente ou não, os assentamentos que apresentam maior risco geotécnico e que também recebem obras de infraestrutura são exatamente aqueles que estão nas zonas de influência dos Jogos Olímpicos e da Copa do Mundo.” (FAULHABER e AZEVEDO, 2015, P. 49)

O governo do ex-prefeito Eduardo Paes foi o grande responsável pelas atuais remoções de favelas na cidade, incluindo aquelas justificadas pelo discurso do risco. Favelas inteiras foram colocadas como prioridades para remoção, seja devido às obras para os Grandes Eventos, seja para obras do BRT, Porto Maravilha, ou outras obras de infraestrutura urbana, ou mesmo, com destaque para o período após as grandes chuvas que atingiram a cidade em abril de 2010, justificadas pelo discurso do risco, seja de deslizamentos ou de inundações. Por essa ocasião, a Prefeitura anunciou a remoção total ou parcial de mais de uma centena (119 favelas denominadas como “não-urbanizáveis”) de favelas. (DIAS, 2016, p. 72).

O Morar Carioca, programa de urbanização de favelas da Prefeitura do Rio, também tem diretrizes que se relacionam com as áreas de risco, pois categoriza as favelas em Urbanizáveis e Não Urbanizáveis, em que as favelas em áreas de risco se enquadram na categoria das comunidades não urbanizáveis, e assim, nem ao menos a possibilidade de receber obras de infraestrutura urbana, como implantação de redes de água, esgoto, iluminação, etc. possuem. Além do mais, o programa Morar Carioca prevê também a eliminação das áreas de risco, e o reassentamento das famílias, especialmente, em projetos do programa Minha Casa Minha Vida. Dessa forma, as favelas que deveriam ser alvo de projetos de urbanização, seriam as favelas urbanizáveis.

Assim, com base em Cavalieri e Vial (2012), segundo categorização das favelas da cidade do Rio de Janeiro elas foram classificadas da seguinte forma:

- 1) Favelas não urbanizáveis – correspondem a “aquelas que, por se constituírem em áreas de risco ou em locais inadequados para o uso residencial”, necessitariam de “maiores análises para verificação da impossibilidade de urbanização”. Dessa forma, as favelas sob essa classificação, poderiam ser removidas, e as famílias que ali viviam seriam reassentadas em outras localidades. Posteriormente essa classificação foi renomeada para “favelas em análise”²¹;
- 2) Favelas urbanizáveis – aquelas favelas que teriam projeto para serem urbanizadas, seriam subclassificadas segundo seu tamanho e grau de urbanização;
- 3) Favelas urbanizadas – aquelas que já foram alvo de outros programas de urbanização de favelas, como o Favela-Bairro, o Bairrinho, obras do PAC²² ou ainda outros programas de urbanização, que implementaram infraestrutura urbana essencial (redes de água, esgoto, iluminação, pavimentação...), equipamentos públicos (creches, escolas, postos de saúde) e acessibilidade (construção de ruas, escadarias...), ou mesmo atingiram essa urbanização por conta de intervenções realizadas por seus próprios moradores ou outras organizações.

Através dessa classificação, a política de remoções foi respaldada, nas favelas não urbanizáveis ou em análise, que estariam presentes em áreas de risco.

Dessa forma, o risco passou a ser tratado como justificativa para remoções, especialmente após essas grandes chuvas que ocorreram em todo o estado do Rio de Janeiro em abril de 2010. Naquela ocasião deslizamentos ocorreram em vários pontos da cidade, ocasionando inúmeras vítimas. Após esse grave evento na cidade, deu-se uma verdadeira corrida para realizar laudos técnicos (GEO-Rio), que previam até mesmo a remoção de comunidades inteiras. A grande questão

²¹ <http://www.rio.rj.gov.br/documents/91329/1f8a19d9-91d6-430d-81f4-52081055114e>

²² Programa de Aceleração do Crescimento do governo federal.

envolvendo o risco é que a classificação de risco e os critérios adotados para o risco não são transparentes nem divulgados, pelo contrário, é extremamente difícil conseguir alguma informação desse tipo com o órgão competente (GEO-Rio), dessa forma acreditamos que

Quando a Secretaria Municipal de Habitação declara que determinadas casas estão expostas a situação de risco, abrindo o precedente para sua retirada, a sociedade fica sem condições de questionar essa motivação, que aparentemente serve apenas para salvar vidas. Segundo levantamento realizado pela Geo-Rio em 2010, 18 mil famílias residem em locais propensos a desastres naturais na cidade. No entanto, ultimamente, percebe-se que essas avaliações de riscos são utilizadas pela Secretaria no intuito de encobrir outros interesses. (AZEVEDO e FAULHABER, 2015, p. 61)

Como vimos, esse risco pode ser tanto de deslizamento em áreas de encostas como de inundações. Na cidade do Rio de Janeiro, o risco de deslizamentos é muito presente, devido a grande ocupação das encostas na cidade. Consoante a isso, a ocupação dos morros em áreas valorizadas da cidade vem sendo combatida em que sua remoção é justificada pelo discurso do risco, especialmente quando esse discurso é de interesse do mercado imobiliário.

Conforme a publicação do Dossiê da Copa e das Olimpíadas, podemos selecionar alguns exemplos de favelas que foram marcadamente objeto do discurso do risco, tais como:

- 1) O Morro da Providência – berço da favela no Rio de Janeiro, o morro da Providencia (localizado no centro da cidade) foi objeto de obras de urbanização (Morar Carioca), que previam a retirada de uma parcela da população seja por estarem supostamente em áreas de risco (especialmente na área da Pedra Lisa), ou mesmo por estarem no caminho do teleférico construído nesse local. A ausência de informação característica do processo de remoções ocorreu nesta favela, porém foi realizado um contralaudo para retirar a justificativa do risco para as remoções;
- 2) Comunidade da Estradinha / Tabajaras – a comunidade da Estradinha, situada na Ladeira dos Tabajaras, em Copacabana, reunia 352 famílias, das quais 252 já foram removidas alegando que a comunidade estaria em área de risco; porém, segundo os moradores, um laudo geotécnico

independente mostrou que apenas uma parte da favela estaria em área de risco, e que a população poderia ser reassentada na própria comunidade. Soma-se a isso o fato de os entulhos das casas removidas não terem sido retirados;

- 3) Virgolândia (Jacarepaguá) – foi objeto de obras de urbanização do programa Morar Carioca, porém logo após foram intimadas a deixar a área por estarem à margem de um rio (Rio Passarinhos), e assim em área de risco sujeita a inundação;
- 4) Pavão-Pavãozinho – comunidade localizada entre Copacabana e Ipanema, bairros de classes alta e média-alta da cidade, com alta valorização imobiliária, 300 famílias foram reassentadas com a justificativa do risco. Com a comum falta de transparência para comprovação do risco, o reassentamento foi realizado nas proximidades, porém com habitações apresentando baixa qualidade e problemas estruturais;
- 5) Santa Marta – a área do topo do morro, conhecida como pico do Santa Marta, vem sendo colocada como área de risco e objeto das remoções, mesmo com as famílias morando há décadas lá e com a área já tendo sido local de obras de contenção de encosta. A favela Santa Marta hoje é visitada por turistas e é palco de processo de gentrificação;
- 6) Vidigal – a favela do Vidigal está localizada em uma área com grande valorização imobiliária e hoje é uma das favelas mais visitadas por turistas, possuindo inúmeras festas que atraem frequentadores de alto padrão econômico; passa atualmente por um forte processo de gentrificação. A justificativa do risco é usada para tentar remover as pessoas, quando outras alternativas seriam mais indicadas;
- 7) Horto – área nos arredores do Jardim Botânico, ocupada em sua maioria por ex-funcionários (ou seus descendentes) do próprio parque, inclusive com autorização do mesmo. Atualmente vem sendo ameaçada de remoção

(inclusive com remoções já realizadas à força, com emprego de violência²³), com a justificativa ambiental, por estarem na área do parque, de proteção ambiental;

- 8) Indiana (Tijuca) – mais uma área valorizada no contexto dos megaeventos, a região da Tijuca vem sendo alvo da especulação imobiliária, a favela da Indiana foi ameaçada de remoção total por estar à margem do Rio Maracanã, e assim seria área de risco. Tentou-se assim remover a favela inteira, que não por acaso localiza-se na região da Grande Tijuca, uma das áreas fundamentais para os Grandes Eventos. Segue abaixo relato da moradora Maria do Socorro, presente em Faulhaber e Azevedo (2015, p. 110):

Indiana é separada do Morro do Borel apenas por uma rua, a São Miguel. Fica na parte baixa do morro, perto da Conde de Bonfim, onde condomínios de luxo avançam na velocidade da especulação imobiliária da cidade e ameaçam a vida nessas favelas. A justificativa dada pela prefeitura para tentar retirar todos os 610 moradores de Indiana foi a determinação de área de risco, argumentando que o rio Maracanã, que fica no miolo da comunidade e que naquele ponto mais parece um córrego, poderia transbordar e causar uma tragédia. Mesmo com todo o volume de chuva em seis dias de abril de 2010 (...), não houve inundação em Indiana.

Além dessas apresentadas pelo Dossiê, outras favelas foram objeto de remoção justificadas (seja total ou parcialmente) pelo discurso do risco, tais como:

- 9) Vila Autódromo, localizada na Barra da Tijuca, principal bairro utilizado nas Olimpíadas do Rio de Janeiro e que sofreu a maior parte das intervenções do poder público para a realização dos jogos, assim amplamente valorizada pelos incorporadores imobiliários; porém, apesar de sua remoção estar justificada pelo contexto olímpico e pelo interesse imobiliário na região, uma pequena parte da comunidade estaria situada em área de risco, na FMP (faixa marginal de proteção) da Lagoa de

²³<http://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2016-11-07/policia-militar-cerca-jardim-botanico-para-reintegracao-de-posse.html>

Jacarepaguá²⁴. Não levando em consideração a comunidade tradicional dos pescadores associada à ocupação desta comunidade;

- 10) Morro da Babilônia-Chapéu Mangueira, que já foi alvo de uma remoção por risco de deslizamento de encosta, em que a população foi reassentada na própria comunidade através do programa Morar Carioca Verde²⁵, e que mais uma parcela da população vem correndo risco de ser removida, dessa vez para serem reassentadas em locais muito distantes de seus locais de origem²⁶.

Segundo dados disponibilizados no livro SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro Olímpico “são 22.059 famílias já removidas na cidade do Rio de Janeiro, totalizando cerca de 77.206 pessoas, entre 2009 e 2015, conforme dados apresentados pela Prefeitura do Rio de Janeiro, em julho de 2015.” (FAULHABER e AZEVEDO, 2015, p. 20), esses dados ainda podem ser maiores visto a falta de transparência no que se refere às remoções.

Devemos enfatizar que o objetivo deste trabalho não é esgotar o debate acerca de todas as favelas envolvidas em casos de remoção por área de risco, e sim exemplificá-las, mostrando o quanto tais remoções vêm ocorrendo na cidade, e o quanto elas interferem na vida de seus moradores. Outras alternativas à remoção deveriam ser empregadas, como a contenção de encostas, por exemplo, mas quando existe o interesse imobiliário de atores poderosos financeiramente, a remoção acaba por ser a única alternativa encontrada por aqueles que possuem o poder de decisão.

²⁴ <http://oglobo.globo.com/rio/com-remocoes-vila-autodromo-encolhe-83-em-dois-anos-17872872>

²⁵ “No Morar Carioca Verde, na Babilônia e no Chapéu Mangueira, a SMH já investiu R\$ 52,4 milhões em implantação de infraestrutura, acessibilidade, meio ambiente e construção de habitações. Estão programadas outras intervenções no valor de R\$ 41,5 milhões, num total de R\$ 93,9 milhões em benefícios para a comunidade. Nelas estão sendo empregados materiais alternativos que não impermeabilizam o solo, além de iluminação pública de led e coleta seletiva de lixo.” Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=4491894> Acesso em: 18-01-2017

²⁶ <http://racismoambiental.net.br/2016/04/21/moradores-da-babilonia-enfrentam-remocao-distante-por-consequencia-do-abandono-do-morar-carioca/>

Interesse imobiliário esse que por vezes deseja que a favela seja removida porque a favela acaba por desvalorizar os imóveis presentes em seu entorno, seja pela violência, ou mesmo pela ocupação de uma população mais pobre, resultando em processos de invisibilização da paisagem, que vimos anteriormente. Por interesses imobiliários para retirar a favela, e construir no seu lugar outros empreendimentos imobiliários, como podemos exemplificar no caso da Vila Autódromo. Ou mesmo pelo conjunto desses motivos, em que é interessante para o entorno da favela que ela seja removida, a fim de valorizar os imóveis, e ainda que no lugar da favela sejam construídos outros empreendimentos imobiliários, para uma outra população, que não aquela moradora de favelas.

Ressaltamos que tais remoções com justificativa de estarem em áreas de risco, ou mesmo em áreas ditas ambientais, basearam-se em laudos que não são transparentes, e mesmo no poder de decisão do Estado sobre a sociedade e a cidade. Essas remoções foram extremamente importantes para que fossem alcançadas as metas de redução da área de favela estipulada nos últimos dois Planos Estratégicos desenvolvidos para a cidade do Rio de Janeiro, que, como vimos, estipulavam a meta de 3,5 e 5% de redução de área de favela na cidade. Percebemos assim o interesse do Estado na constituição dessas áreas de risco, e mais ainda, em sua remoção.

Em vários momentos, o discurso do risco foi irrestritamente utilizado para remover diversas famílias de favelas, como na localidade da Pedra Lisa na Providência, e em outras áreas da Zona Sul e da Grande Tijuca, muito por estarem no entorno do Maracanã, importante equipamento utilizado na Copa do Mundo e nas Olimpíadas, ou mesmo pela instalação de UPPs nessa área da cidade.

Percebemos também a importância da especulação imobiliária nesse processo, no qual a retirada de favelas seria essencial para valorização dos imóveis na região.

Vainer nos mostra que o perigo de se ter políticas públicas definidas mediante interesses de classes dominantes é colocar a exceção como regra, e naturalizar um discurso de medidas drásticas que centralizam o poder nas mãos de poucos atores, que tomam medidas, legais ou não, para garantir seus interesses, e no qual o Estado acaba por naturalizar e incorporar tais situações. Tais fatos ocorreram no contexto dos Megaeventos que a cidade sediou até 2016, com

medidas típicas de um estado de exceção no qual “no caso do Rio de Janeiro, que inspira essa comunicação, as formas de ilegalidade e da exceção aparecem por toda parte e se multiplicam em virtude da nova emergência: a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.” (VAINER, 2011, p. 11)

Mais um ponto a ser tocado, é que as intervenções em favelas devem ser pensadas, estudadas e viabilizadas, pois intervenções mal realizadas em favelas em áreas de risco, instituídas pelo poder público, podem aumentar os riscos já existentes ou até mesmo gerar novos riscos em áreas onde anteriormente não se tinha tal problema.

O risco é utilizado como justificativa para remoções da população pobre, com a prerrogativa de oferecer aos moradores melhores condições de vida e infraestrutura, alegando inclusive que a população ficará mais segura ao ser removida de seu local de origem. Assim, supostamente, estariam salvando suas vidas, porém na verdade estão com outros interesses por trás daquela atitude, fato corroborado por Azevedo e Faulhaber (2015, p. 61) ao nos mostrarem que, “segundo levantamento realizado pela Geo-Rio em 2010, 18 mil famílias residem em locais propensos a desastres naturais na cidade. No entanto, ultimamente, percebe-se que essas avaliações de riscos são utilizadas pela Secretaria no intuito de encobrir outros interesses.”

Dessa forma, nosso pensamento e constatação através da pesquisa é que apesar de muitas famílias, de variadas classes sociais, estarem susceptíveis ao risco, mediante desastres naturais que afloram a vulnerabilidade dessa população, apenas uma parte delas está sujeita à remoção, geralmente por estar em áreas interessantes à especulação imobiliária.

Concluimos, portanto, que apesar de duas áreas estarem sujeitas a um mesmo risco ambiental, os critérios utilizados em áreas pobres e em áreas abastadas são diferentes, já que em áreas pobres a remoção se torna a única solução, enquanto nas regiões onde a população possui uma condição econômica melhor, o risco é relativizado, e outras alternativas são buscadas, até porque “ao mesmo tempo que o critério de risco ambiental é acionado para remoção de áreas pobres, ele não é considerado para certos terrenos frágeis da região da Barra da Tijuca e de Jacarepaguá.” (AZEVEDO e FAULHABER, 2015, p. 61)

E ainda corroborado através da publicação do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas (2015):

expulsão da população pobre de áreas valorizadas, em áreas diretamente envolvidas com os eventos, como a Barra da Tijuca, o Recreio, e o Maracanã, ou áreas importantes para a cidade por serem adjacentes ou caminho para tais eventos, e assim vem recebendo investimentos públicos, como Vargem Grande, Jacarepaguá, Curicica e Centro. Todas essas áreas vêm sendo valorizadas imobiliariamente, seja por investimentos públicos (como o BRT, por exemplo), como produção habitacional. (COMITÊ, P. 19-20)

Enquanto isso, em áreas governadas pela especulação, mesmo com risco de deslizamento ou inundação, construções formais são permitidas, não levando em consideração o risco ambiental dessas construções, mostrando assim a seletividade da classificação do risco e das medidas a serem tomadas com ele. Esse processo foi claramente visualizado durante as chuvas de 2010, com a inundação do entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas²⁷, área nobre da cidade, em que em nenhum momento a remoção das construções de classe alta daquela região foi cogitada; e ainda, no município vizinho de Niterói, que também foi duramente atingido por esse evento de risco, quando ocorreu deslizamentos no bairro de classe média-alta de São Francisco²⁸ que destruiu parte da casa do famoso velejador Torben Grael, porém, em momento algum, houve a possibilidade da remoção dessa moradia.

Portanto, o jogo entre apropriação e dominação do espaço é cada vez mais latente nas favelas da cidade do Rio de Janeiro. Interesses diversos e conflitantes existem nas favelas, e percebemos que o valor de uso da população em seu território acaba sendo colocado em detrimento do valor de troca que aquela porção de terra possui para os incorporadores imobiliários. Assim, uma grande parcela da população acaba por ter que sair de suas moradias por não conseguir mais arcar com alugueis ou outras contas e tributos, causando o processo de gentrificação naquele lugar. Ferreira (2011, p. 33) deixa claro esse processo quando afirma que “aqui, a tensão entre valor de uso e valor de troca no uso do

²⁷ Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,entorno-alagado-da-lagoa-expoefragilidade-da-zona-nobre-do-rio-a-temporais,535227>

²⁸ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2010/11/torben-grael-ganha-acao-contra-prefeitura-de-niteroi.html>

solo urbano está posta, e a cada vez maior mercadificação do espaço traz consequências para a camada mais pobre da população, que tem sido ainda mais espoliada.”